

Os desafios da política externa brasileira e a contribuição estratégica da capacidade de projeção anfíbia

CF (FN) Ludovico Alexandre Cunha Velloso

Apesar das dificuldades iniciais, a política externa brasileira obteve resultados extraordinários no início do estabelecimento do Estado brasileiro, êxito consubstanciado pela definição pacífica de suas fronteiras e pela preservação de sua integridade territorial. Esse êxito trouxe excelentes reflexos para o país, com efeitos extremamente positivos em sua diplomacia, que oferecem condições apropriadas para o exercício de um papel de destaque no cenário internacional.

Na medida em que o país atinge a condição de uma das economias mais fortes do planeta, com uma população de cerca de 180 milhões de habitantes, em sua maior parte urbana, e é detentor de parque industrial respeitável, essas credenciais lhe conferem o potencial para ocupar um lugar de maior peso e influência no concerto dos países. Para isso, é fundamental superar as dificuldades internas decorrentes da pobreza e da má distribuição de renda, que implicam no complexo de potência de segunda classe, e defender estratégias audaciosas de desenvolvimentos político e econômico.

Na busca de seus objetivos de crescimento e de maior participação nas questões relevantes do planeta, o Brasil encontrará desafios que exigirão esforços consideráveis para um país em desenvolvimento. Entretanto, esse é um custo com que o Brasil terá que arcar, caso tencione realmente pleitear um lugar de destaque no cenário internacional. Os principais desafios da política externa brasileira podem ser divididos em três grandes ramos:

- desafios geopolíticos que incluem a promoção da estabilidade regional, por meio do aprimoramento da integração dos países sul-americanos, contrapondo-se à influência pretendida pelos EUA e ao aumento da influência do país no Atlântico Sul;
- desafios temáticos que implicam na preservação da soberania e da independência política por meio da participação ativa nas grandes discussões mundiais, referentes à preservação do meio-ambiente, combate às ameaças transnacionais, defesas dos direitos humanos e limitação de uso de armas; e
- participação do país nos organismos internacionais, particularmente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

A América do Sul

A América do Sul é circunstância inevitável, histórica e geográfica do Estado e da sociedade brasileira. O crescimento econômico e a defesa dos interesses nacionais passam, necessariamente, pela unidade sul-americana. O território brasileiro representa cerca de cinquenta por cento da área da América do Sul, e o país faz fronteira com dez países. Essas circunstâncias fazem com que, inevitavelmente, ele necessite interagir política e economicamente, de maneira intensa, com os seus vizinhos no continente. Além disso, as assimetrias existentes entre o Brasil e os demais países sul-americanos, particularmente no que tange ao potencial econômico, apresentam ao país a perspectiva de assumir a condição de líder da América do Sul.

Um outro desafio, advindo da disputa pela liderança na região, são os EUA - embora sejam militarmente incontestáveis no campo econômico, nota-se o surgimento de rivalidades que, em médio prazo, poderão comprometer sua liderança, particularmente a União Européia e a China. Outros rivais potenciais são a Índia e a Rússia. Na América do Sul, destaca-se o Brasil como principal país que pode apresentar dificuldades à consecução dos objetivos norte-americanos nesse continente.

Visando à preservação da influência histórica e à garantia do acesso preferencial a recursos naturais e ao mercado sul-americano, os EUA buscam impedir a construção de uma unidade sul-americana sob a liderança brasileira, acenando com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como alternativa ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹ e realizando acordos bilaterais com alguns países como o Chile, mais recentemente. Além disso, realizam esforços no sentido de impedir a emergência de potências militares capazes de contestar, ainda que regionalmente, a sua hegemonia.

À medida que o Brasil amplia os esforços e os traduz em investimentos com participação direta de capitais estatal e privado em projetos de desenvolvimento de infra-estrutura em países como a Bolívia, com a construção de gasoduto, e a Venezuela, com investimentos em redes de transmissão de energia elétrica, aumentam as necessidades de defesa dos interesses do país na região e, por conseguinte, o potencial para surgimento de situações de conflito e de cooperação em relação aos seus vizinhos e também em relação aos EUA.

Outro ponto crucial reside na dependência do oceano Atlântico para uma ligação mais efetiva entre o Brasil e os países situados na costa do Pacífico, em face da barreira geográfica imposta pela cordilheira dos Andes. Do ponto de vista estratégico militar, esse quadro indica a necessidade de se dotar a Marinha do Brasil de capacidade de projeção de poder apropriada aos objetivos geopolíticos do país em relação ao continente sul-americano.

O Atlântico Sul e a África

O Atlântico Sul representa, para o país, um enorme desafio geopolítico. Um fato inegável é que, para o Brasil, esse oceano representa uma extensa fronteira marítima, onde mais de noventa por cento de nosso comércio exterior é realizado. Adicionalmente, é mister ressaltar que as áreas brasileiras de relevância econômica e com maior densidade populacional estão, atualmente, em sua maioria, localizadas em uma faixa litorânea de cerca de 500 km.

Ele funciona, para o Brasil, como um largo rio cujas margens opostas podem vir a ser ocupadas por inimigos potenciais. Duas grandes vulnerabilidades se apresentam em

¹O estabelecimento de uma área de livre comércio no continente americano, a partir de 2005, foi proposta pelos EUA em 1990, quando foi lançada a Iniciativa das Américas, e foi oficialmente adotada na primeira Cúpula das Américas em Miami, em 1994. O MERCOSUL foi criado em 1991 pelo Tratado de Assunção. Esse mercado comum estabeleceu uma tarifa exterior comum e uma zona de livre comércio entre os seus quatro países-membros: Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai.

face do imperativo geográfico representado por esse oceano: nossos principais centros econômicos são vulneráveis a um ataque partindo do mar e ao corte de nossas comunicações marítimas.

Essas vulnerabilidades indicam a necessidade de o Brasil ampliar suas relações com a África. Além disso, é importante mencionar o potencial de exploração de recursos e de desenvolvimento de relações que propiciem mercados e áreas de influência que venham a contribuir para o desenvolvimento e a projeção do país no cenário internacional. Nesse sentido, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães defende o seguinte ponto:

Urge elaborar um programa estratégico do Estado brasileiro com recursos definidos, ainda que inicialmente modestos, para construção de vínculos políticos, militares, comerciais e tecnológicos.

Os desafios referentes ao continente africano, em especial o seu cone sul e os países de língua portuguesa, mais que uma aspiração da política externa, representam uma necessidade estratégica, como decorrência da dependência do país em relação às rotas marítimas do Atlântico Sul.

Os desafios temáticos e a participação brasileira no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

Observa-se uma perigosa articulação pelas grandes potências, que usam os organismos internacionais para exercerem todo tipo de pressão visando a tornar cada vez mais impotentes o aparato estatal nos países periféricos. Além disso, observa-se uma tendência crescente da utilização dessas questões como argumentos para justificar intervenções em países periféricos, particularmente no tocante aos direitos humanos, terrorismo e produção de armas de destruição em massa. Samuel Pinheiro Guimarães descreve, assim, essa articulação:

[...] a concentração de poder político e militar que se verifica na ação combinada de fortalecimento do Conselho de Segurança da ONU (CS) e da imposição de acordos desiguais de desarmamento – convencionais ou não – torna a questão do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança uma questão central da política externa.

Verifica-se que há um estreito relacionamento entre os grandes desafios temáticos e a participação ampliada do país nas principais decisões e na formulação das políticas dos organismos internacionais. A questão do CS certamente

ampliaria a visibilidade e a relevância do país no cenário internacional; entretanto, essa aspiração deve ser respaldada por uma estrutura militar compatível com as responsabilidades exigidas de um país candidato a membro permanente, capaz de projetar poder no exterior e conduzir ações decorrentes de resoluções emitidas por esse conselho.

A relevância da capacidade de projeção de poder

Torna-se fundamental que o país se empenhe em exercer de maneira eficaz o papel de líder da América do Sul, em ampliar sua influência no Atlântico Sul, especialmente no continente africano, em intensificar sua participação nos organismos internacionais, em particular no CS.

Na esfera militar, a capacidade de projetar poder fora do seu território deve ser feita com respeito à soberania dos vizinhos; entretanto, ela é imprescindível para gerar credibilidade e oferecer aos demais países da América do Sul uma alternativa viável ao julgo norte-americano, projetar poder no Atlântico Sul, ampliar a cooperação com países africanos e aumentar a capacidade dissuasória e de negociação do País no cenário internacional, ao apresentar um elevado custo a iniciativas intervencionistas e permitir uma participação mais ativa do país em ações militares autorizadas pela ONU. Como consequência, nota-se que a manutenção de uma apropriada capacidade de projeção anfíbia pode prestar significativas contribuições ao enfrentamento dos desafios da política externa brasileira.

Referências Bibliográficas

1. BRASIL. Decreto nº 5484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>> Acesso em: 21 jul. 2005.
2. GUIMARÃES NETO, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contraponto. 1999.
3. LEAL, Samuel Nogueira. **O Conjugado Anfíbio como Núcleo para Projeção de Poder Militar do Brasil**. 15 fl. Ensaio – Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2004.
4. PONTE, Waldir Bastos. Os Fuzileiros Navais e as Operações Anfíbias no Limiar do Novo Século. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 118, n. 4/6, abr/jun. 1998.

Simuladores de Combate

CF (FN) Osmar da Cunha Pena

A reprodução da realidade no mundo virtual tem se mostrado um grande desafio para várias gerações de programadores. Várias empresas têm investido milhões de dólares no desenvolvimento de sistemas de simulação, nas mais diversas áreas do saber humano, dentre elas, a militar. Nesse campo, existem simuladores que permitem a criação de situações nos diversos níveis de condução da guerra, ou seja, o político, o estratégico, o operacional e o tático. É

possível a simulação de crises político-estratégicas, de campanhas e de interações em batalhas. Como exemplos de simuladores no nível tático, podemos mencionar o Jogo de Guerra da EGN, que permite a simulação de engajamentos durante a condução de uma campanha naval, e o Jogo Didático do Centro de Jogos Didáticos do CIASC, que permite a realização de interações durante operações terrestres de caráter naval.